autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20/10/2021

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras, senhores, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios *On-line*, auditório virtual.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade,* diariamente desde o dia 10 de outubro de 2021, e no dia 14 de outubro de 2021, no Jornal *Agora São Paulo,* e no dia 15 de outubro, de 2021, na *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência trata do PL 672/2021, de autoria da grande parte dos Vereadores da Câmara, que assinam como coautores, que regulamenta no âmbito do Município de São Paulo os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária, de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e o Decreto Federal nº 9.310, de 2018, e dá outras providências.

Esse projeto tem aproximadamente 22 coautores, entre eles, presentes, eu e os Vereadores Fabio Riva, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes, enfim, um número de Vereadores grande.

Temos hoje os seguintes convidados, Srs. Junior Fagotti, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Habitação; Nilson Edson Leônidas, Diretor Técnico de Patrimônio da Cohab, representando o Sr. Alexsandro Peixe Campos, Diretor Presidente da Cohab; Rosélia Mikie Ikeda, Coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, representado o Secretário Eduardo de Castro.

Presentes os Vereadores André Santos, Ely Teruel, Rodrigo Goulart e Paulo Frange, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, por enquanto. Presente, na Mesa, o Vereador Fabio Riva.

Antes de iniciar a fala dos senhores, vou pedir ao Vereador Fabio Riva que faça um resumo rápido da forma como estamos conduzindo esse projeto e como chegou a este momento

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

da audiência pública, porque o projeto é de muito interesse da cidade de São Paulo e da Câmara Municipal, uma vez que esse assunto é um dos mais críticos da Cidade.

Lembrando que, da cidade de São Paulo, dos 11,5% do território demarcado em Zona Especial de Interesse Social, sendo de transformação ou para regularização fundiária, o caso das ZEIS 1, nós temos 8,6% do nosso território de altíssima densidade populacional, com problemas da regularização fundiária.

Portanto, é um vasto território da Cidade densamente ocupado. É importante esclarecer para quem não está assistindo, essas áreas têm uma densidade populacional muito maior do que as grandes áreas verticalizadas da Cidade, onde temos quarteirões com prédios de 30, 40 andares, moram muitas vezes em apartamentos de três, quatro dormitórios, uma ou duas famílias. Aqui é diferente, nas Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS 1, 8,6% do nosso território, o que é muita coisa, a densidade populacional é extremamente elevada e muito maior do que as áreas que temos como verticalização na Cidade.

Portanto, estamos atendendo uma população grande que representa alguma coisa perto de 40 a 50% da população de São Paulo. É uma população extraordinariamente elevada e, portanto, o alcance social do projeto é muito grande.

Tem a palavra o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, Vereador Paulo Frange, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; todos os membros da Comissão; vejo ali na tela o nosso amigo, Vereador André Santos; nosso Coordenador de Regularização Fundiária, o Edson; Secretário Adjunto Junior Fagotti; o representante da Cohab; sociedade civil organizada; vejo gente também do Conselho Municipal de Habitação.

De forma muito breve, Sr. Presidente, quero só esclarecer a propositura deste novo projeto, 672/2021. Acho que vale a pena fazer memória de que o projeto original de regularização fundiária era o PL 571/2019, que nós tínhamos aprovado em primeira votação, de autoria originária do Vereador Zé Turin, com autoria dos diversos Vereadores que subscreveram este novo projeto.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Vale lembrar que realizamos oito audiências públicas do projeto original, tivemos um diálogo muito aberto com o Conselho Municipal de Habitação, com os Vereadores e Vereadoras da cidade de São Paulo; mas, infelizmente, no final do primeiro semestre, foi encerrada a discussão antes da apresentação de um substitutivo, o que efetivamente impossibilitaria qualquer ação regimental de apresentação de emendas ou um substitutivo, que era um acordo desta Casa: a apresentação de um substitutivo construído pelos Vereadores desta Casa, com o Conselho Municipal de Habitação, com a própria Secretaria de Habitação, com a Coordenadoria de Regularização Fundiária.

Então, vale fazer esse registro. O sempre Vereador Zé Turin foi o proponente deste projeto, mas nos vimos na obrigação de apresentar novo projeto; como V.Exa. já esclareceu, um projeto dos Vereadores. São 22 autores, por ora, não são nem coautores. A abertura foi de deliberação para a autoria de todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

No tocante ao projeto em si, nós tivemos a aprovação do Governo Federal no ano de 2017: a Lei Federal 13.465, de 11 de julho de 2017, que determinou parâmetros da nova condição de regularização fundiária no País, classificando como Reurb-s, o que chamaria de regularização fundiária social; também a Reurb-e.

Como todos sabem, na cidade de São Paulo, temos uma lei antiga que precisa ser atualizada de acordo com essa nova lei federal; e o Município de São Paulo, como pioneiro nas legislações, principalmente urbanísticas e de regularização fundiária, tem que dar essa resposta no sentido de desburocratizar, agilizar, a regularização fundiária na cidade de São Paulo com novos instrumentos mais eficazes, usando da tecnologia que hoje já existe através de mecanismos via satélite, ou via os levantamentos que existem de forma digital, para que possamos propiciar principalmente para as periferias da Cidade, onde se expandiram os loteamentos de interesse social, as ocupações que já existem há muitos anos, em que as pessoas já moram, já têm a posse. Mas, além da posse, precisamos transformar isso em propriedade e fazer parte diretamente da cidade de São Paulo e dos imóveis regulares, com escritura.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Então, para essa população que mora, que vive, que constituiu a sua família e faz o desenvolvimento daquele território; é importantíssimo que a Secretaria de Habitação, através da Coordenadoria de Regularização Fundiária, tenha esse instrumento eficaz, eficiente, que dê não só a documentação da escritura da casa dessas pessoas, mas que dê a dignidade do patrimônio.

Ninguém mora em cima de um papel. Moramos em cima de uma terra, mas essa terra precisa estar regular. Então é importante trazermos esses núcleos para a formalidade. Por isso, a importância deste projeto.

O Prefeito Ricardo Nunes pediu para acelerar isso também, para que possamos ter um número expressivo de titulação desses núcleos, desses loteamentos, dessas franjas da cidade de São Paulo, também no Centro.

O nosso desafio é muito grande e eu tenho certeza de que podemos finalizar esse processo do PL 672/2021 – como aquelas outras que foram feitas para o PL 571/2019 – com esta audiência pública e com aprovação em segunda votação, quiçá, nas próximas semanas.

Da minha parte, eu quero aqui agradecer a todos aqueles que contribuem, porque habitação na cidade de São Paulo tem que ser política de estado, não política de partido, de um vereador, é de todos, porque habitação é para todos. Essa é a bandeira que eu defendo. E vou continuar lutando aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

E fico muito feliz, nobre Vereador Paulo Frange, que nós temos muitos parceiros de luta, com propostas, com ações. E, se Deus quiser, iremos comemorar até o término desta gestão, e nas próximas gestões também, até porque, como eu disse, a política habitacional não tem cor partidária, é um planejamento de cidade: comemoramos os avanços que tivemos no passado, a lei que nós vamos aprovar no presente, e, que no futuro, nós possamos dar muito mais tranquilidade e segurança para o munícipes, principalmente, àqueles que moram, residem e constituem um pedaço de cidade que é um pedaço do Brasil nas franjas da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Riva.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Muito bem colocado.

Portanto, fica muito claro que se trata de um novo projeto. Não tira em nada o mérito do Vereador Turin, que não está conosco nesta legislatura, mas teve um trabalho importantíssimo lá atrás. E nós estamos dando continuidade, agora, à luz desse novo momento.

Eu quero lembrar aos senhores que em 2016 as zonas ZEIs que foram encontradas na cidade de São Paulo e que tiveram a sua regularização até aquela data receberam uma nova denominação de zoneamento – Zona Mista de Interesse Social. Ela deixa de ser ZEIS e passa a se chamar ZMIS – Zona Mista de Interesse Social.

Se vocês olharem o mapa de São Paulo, vocês vão olhar José Bonifácio, uma grande área demarcada como Zona Mista de Interesse Social.

Durante a discussão da Lei de Zoneamento, quando saiu a regularização fundiária de todo aquele conjunto, deixou de ser uma área ZEIS para se transformar em Zona Mista de Interesse Social. É a mancha maior que nós temos de ZEIS transformada em Zona Mista de Interesse Social. De lá para cá, muitas outras.

Agora, Vereador Riva, que nós vamos discutir não só o Plano Diretor, mas fazer revisão pontual de algumas áreas da cidade de São Paulo no que tange ao zoneamento, todas aquelas de lá para cá que receberam a regularização fundiária sairão do mapa, daquele amarelinho do ZEIS 1 para um cinza um pouquinho mais claro do que a Zona Mista com o nome de Zona Mista de Interesse Social. Com isso, o mapa de São Paulo vai perdendo aquela coloração amarela, dourada, que mostra as áreas de ZEIS da cidade. Portanto, esse é um momento importante, porque, de agora para a frente, periodicamente, o mapa de São Paulo passa a tornar visível quais são as áreas oriundas de ZEIS que foram regularizadas à luz da regularização fundiária. É um detalhe, mas é muito importante, porque esse homem, esse morador, essa moradora, quando for vender o seu imóvel, alguém for consultar, vai, pelo mapa, já identificar que essa área já tem regularização fundiária, e, portanto, a documentação estará presente na mão, mas também ela será visível no mapa de São Paulo. Isso é muito importante. É cidadania.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Muito obrigado pela fala, Riva; e por vocês nos aguardarem até o momento.

Eu vou passar a palavra inicialmente ao Secretário Adjunto Junior Fagotti, para que possa fazer uma fala e uma apresentação a respeito da regularização fundiária na forma que entender que seja melhor, não sem antes deixar muito claro o carinho que esta Casa dedica a V.Exa., que é do mesmo tamanho e dimensão que V.Exa., com certeza, dedica a todos nós. É uma relação muito próxima. E a sensibilidade com que trata esse assunto faz com que tenhamos um carinho muito grande ao recebê-lo mais uma vez aqui. Muito obrigado.

Com a palavra, o Secretário Adjunto Júnior Fagotti.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Bom dia a todos, Presidente Paulo Frange, queria cumprimentar a agradecer pelas palavras. Tenha certeza de que é recíproco. Quero cumprimentar o nosso Líder do Governo Fabio Riva, na pessoa dele, cumprimento todos os Vereadores presentes e todos que assinam esse Projeto, importante projeto mesmo.

De fato, a Secretaria de Habitação, bem como todos os movimentos que tratam da habitação a gente tem que agradecer à Câmara, especialmente, nesta legislatura que tem nos ajudado a avançar em temas importantes para a habitação, que, realmente, impactam na vida das pessoas. A gente tem o Pode Entrar que foi votado há pouco tempo, agora, voltamos para discutir esse Projeto de Regularização Fundiária, que já está tramitando na Casa há algum tempo.

Antes de falar do Projeto, Presidente, eu queria falar que a Secretaria tem uma meta, nosso plano de metas até 2024, de regularizar 220 mil imóveis na cidade de São Paulo. É uma meta ousada, mas que, ao mesmo tempo, nos mostra a necessidade, a quantidade de regularização, isso que o Vereador Fábio Riva falou antes: que a titulação traz uma sensação de segurança para aquele que recebe o título, o certificado. Além disso, óbvio que o nosso trabalho não é só a titulação, a gente tem todo um trabalho de infraestrutura e de saneamento. A regularização passa por outros pontos que a gente também está trabalhando. Então, não só a titulação que traz essa segurança, mas um trabalho prévio também que a gente acaba executando, acaba observando durante a regularização que além da dignidade, traz um conforto,

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

uma dignidade para além do próprio título.

Para isso, a lei que foi citada pelo Vereador Fabio Riva, Lei 13.465/2017 foi muito feliz, na nossa opinião, abordou de uma forma muito ampla a regularização fundiária. Isso nos ajuda do ponto de vista administrativo jurídico para avançar nessas regularizações. E, agora, como também citou o Vereador Fabio Riva, São Paulo se coloca na vanguarda, discutindo o que cabe a gente regulamentar e estruturar para que seja mais efetiva ainda essa regularização fundiária no Município.

Queria, Vereador Fabio Riva, do ponto de vista que um olhar um pouco da Secretaria, o projeto de lei é de Vereadores, mas é importante para a gente algumas questões que poderiam ser tratadas no projeto, algumas, inclusive, já constando, mas que a gente, de antemão, se coloca à disposição para ajudar numa melhor construção, se for necessário, um diálogo, se for necessário dialogar com o CNH. Enfim, a gente coloca à disposição uma ajuda para que o Projeto possa ter uma melhora no texto, uma facilidade na hora de tramitar aqui internamente. A Secretaria de Habitação se coloca à disposição.

A lei federal atribuiu à Prefeitura, no caso aos entes administrativos municipais e estaduais, a possibilidade do licenciamento, do ponto de vista ambiental, para áreas de mananciais e áreas de proteção ambiental. É muito importante que isso esteja presente na lei, porque vai ajudar bastante a gente. A gente tem hoje um programa amplo na área de mananciais. Nós temos bastante áreas a serem reguladas, regularizadas, melhor dizendo, em áreas de proteção ambiental, e essa previsão na lei pode nos ajudar muito no avanço dessa regularização. Às vezes ela não acontece por falta de previsão legal. Então, é importante que a gente tenha isso constando na lei.

Importante também: isso também foi atribuído para o município regulamentar. A quantidade mínima de lotes que a gente regulariza, a regularização pode se dar pela regularização mesmo, mas dependendo da quantidade de lotes, se for uma quantidade muito pequena, talvez o instrumento seja outro, usucapião, enfim. Mas é importante a gente ter definido isso na lei, o que é de regularização fundiária e o que outro instrumento deve tratar.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Para nós da Sehab também é importante que a lei tenha um melhor rito específico de andamento interno do projeto de regularização. E, mais uma vez, estou à disposição para dialogar sobre esses processos. Enfim, além disso, imagino que os Vereadores também estejam ouvindo as comunidades, ouvindo assessorias técnicas, o pessoal que trabalha na área e que pode também contribuir bastante. Eu acho que essa audiência pública, inclusive, serve para isso.

Por fim, uma coisa que a gente acha importante também, é um ponto sensível para nós é a questão dos critérios de temporariedade. É importante a lei dar esse parâmetro para que a Prefeitura, especialmente a Coordenadoria de Regularização Fundiária possa atuar dentro do município.

São alguns pontos que a gente levantou internamente e nos colocamos à disposição para contribuir com a Câmara Municipal. Quando o Vereador Paulo Frange, no início, falou dessa reciprocidade, acho que isso se dá justamente pela atuação que a gente teve em vários momentos no diálogo com os Vereadores. Para esse projeto não é diferente, bem como para qualquer outra necessidade que a gente tenha de diálogo entre Câmara Municipal e Executivo, agora na Secretaria de Habitação e a sociedade civil de uma maneira geral.

Obrigado, Presidente Paulo Frange, Vereadores, toda a sociedade civil, representantes de entidades, CNH. Estou à disposição para o que for necessário ajudar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Secretário Junior Fagotti. Vou passar para o próximo, que é o engenheiro Nilson Edson Leônidas, que está representando o Sr. Alex Peixe, da Cohab.

O SR. NILSON EDSON LEÔNIDAS - Oi, bom dia a todos, bom dia Paulo Frange, bom dia Fabio Riva, bom dia Vereadores, bom dia sociedade civil, bom dia, São Paulo, a cidade!

Faço minhas as palavras do Junior Fagotti, nós estamos aqui trabalhando em conjunto com a Secretaria, precisamos da Câmara Municipal, trabalhamos junto com o município para atender à demanda de regularização, que é cada vez mais crescente, abrange tanto áreas municipais quanto às públicas, que estão representadas aqui na Cidade.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Esse projeto é de fundamental importância para dar segurança às pessoas, dar segurança às ações do município quanto à regularização para as pessoas terem aquele documento. Quando você regulariza, entrega o termo de quitação, uma escritura para uma família, para uma pessoa, a felicidade que se tem, e a possibilidade de gerar recursos até para o próprio município em função da escritura pública que essas pessoas vão ter do imóvel, isso não tem preço para a sociedade. Quem recebe o documento, sente na mão, o Júnior sabe disso, e vários Vereadores que atuam nesse sentido, vemos como uma coisa importante. Tudo isso vai fazer com que esse projeto possa ter o andamento que precisa ter nesta Cidade.

E a representação é muito difícil, muitas situações difíceis nós enfrentamos e estamos aqui com a Secretaria da Habitação, com a regularização fundiária, com a Cohab, trabalhando em conjunto, como sempre com o apoio da Câmara Municipal, do nosso Prefeito Ricardo Nunes. Nós estamos juntos para resolver essa questão e trabalhar da melhor maneira possível com vocês.

Eu agradeço a oportunidade, Paulo Frange, Fabio Riva, Vereadores, sociedade civil e colaboradores pelo espaço que me concederam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Nilson. O próximo inscrito é da maior importância para a gente porque essa é uma área que sempre tem conflito com o Verde, com o Meio Ambiente. O Secretário Eduardo de Castro se faz representar pela Sra. Rosélia Ikeda, que tem a palavra. Muito obrigado pela presença.

A SRA. ROSÉLIA MIKIE IKEDA – Bom dia a todos. Então, cumprimentando o Paulo Frange, cumprimento todos os presentes. Agradecemos muito o convite.

De fato, esse assunto é sempre polêmico, mas estamos parabenizando a todos porque esse é um assunto que realmente traz à questão da inclusão da Cidade. É uma Cidade em que temos diferenças muito grandes entre o centro expandido e as áreas periféricas. Acho que esse projeto vai trazer um pouco mais de igualdade dentro da Cidade. Esse é um grande conflito, é um dos maiores problemas da cidade de São Paulo.

Também informar que, na verdade, temos trabalhado muito junto com Sehab, temos

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

um termo de cooperação firmado, tanto com Cohab quanto com Sehab, exatamente tentando conciliar as questões ambientais com as questões habitacionais, com a demanda habitacional que acaba indo para as áreas ambientalmente frágeis. Então é muito importante que esse projeto defina muito bem porque já tem na lei federal que o que uma regularização fundiária tem de mostrar, além do atendimento habitacional, é a questão ambiental, que você está fazendo uma melhoria ambiental. A situação ambiental, quando você regulariza, demonstra que você está fazendo algum tipo de melhoria ambiental. Então que essa demonstração - inclusive já houve algumas conversas com as equipes técnicas da Sehab - ao pessoal da regularização é exatamente pra melhorar um pouco a demonstração dessa melhoria. Não basta dizer que está melhorando, mas é a partir de desenhos, da demonstração dos projetos, como você demonstrar isso, que isso daí agilizaria muito a análise que a Secretaria faria sobre esse projeto de regularização.

Então acho que a gente tem já feito essa conversa algum tempo atrás e a gente pode evoluir mais nessa conversa, exatamente porque realmente a gente também precisa acelerar um pouco esse processo, e a gente está também à disposição para contribuir com isso.

Eu acho que esse é um projeto importantíssimo mesmo para a Cidade, exatamente porque inclusive a questão das áreas de risco, as áreas de inundação, tanto de desmoronamento quanto de inundação, são áreas também que a gente precisa cuidar muito bem nesses projetos, porque também eu acho que a gente não pode deixar ninguém em áreas de risco.

Então acho que esses são os pontos mais importantes. Também a gente está à disposição e, sempre que precisar de diálogo, estamos à disposição. Parabenizo novamente e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Aproveitando a fala da Roseli e a presença do Junior Fagotti, Júnior, eu acho que a gente vai ter que ter um momento em que nós possamos sentar, a Secretaria de Planejamento, com o César Azevedo, com a Secretária de Habitação e mais o Verde, para resolver um problema que nos trouxe bastante dor de cabeça em 2016, na Lei de Zoneamento.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Havia uma linha de corte para demarcação de áreas ocupadas, que eram ocupadas há pouco mais de seis meses, oito meses, um ano, e naquela época nós não demarcamos como ZEIS, porque na verdade era uma ocupação e esse território não estava consolidado como ZEIS.

Agora eu imagino que de 2016 para cá as pessoas continuam lá, e já se passaram cinco anos. Nós, agora na discussão da revisão da lei, provavelmente vamos acabar tendo de incorporar algumas novas áreas, e só poderemos fazer isso com a anuência do Verde, que entenda que ali não está agredindo tanto o verde, ou que não tenha risco em comprometimento com o meio ambiente; para que possamos, nessa revisão da Lei de Zoneamento, resolver esse problema.

Vereador Fabio Riva deve ter um número grande dessas áreas conhecidas na região Noroeste de São Paulo, temos bastante; no extremo Sul é que mais tem. Então esse é um assunto que a gente pode também discutir, mas não é para esta audiência. Com certeza, é um assunto que a gente vai ter de tratar em algum momento.

Antes de passar a palavra aos oradores, queria que o Júnior esclarecesse para a gente, até para dar sequência na audiência pública, o custeio de toda essa... Qual é a composição do custeio de toda essa regularização? O que é dinheiro do Tesouro, o que vem do Governo Federal? Qual é a participação dos parceiros nessa regularização? Ou o Município vai arcar com a grande parte, mais uma vez?

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Sr. Paulo Frange, eu estou pedindo para a assessoria passar o valor estimado desses 220 mil... que está na proposta do Plano de Metas nosso. Basicamente nós estamos fazendo isso através de uma contratação. A gente dividiu a Cidade em lotes, são quatro lotes diferentes, justamente para tratar da particularidade de cada área. Foi bem citado aí, a zona Sul tem toda uma diferenciação do solo mesmo, assim, então a gente fez essa divisão para poder tratar.

Essas áreas que serão regularizadas, já foram previamente cadastradas pela Sehab, para que a gente tenha um trabalho bem objetivo, não seja uma... que a gente não fique procurando ainda qual obra está passível de regularização. Então a gente fez um trabalho prévio,

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

levantou cerca, para ser bem exato, 578 áreas, que vão receber esse trabalho de regularização. O orçamento previsto que me passou aqui é cerca de 68 milhões, por ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sessenta e oito milhões, por ano...

O SR. JUNIOR FAGOTTI - Até 2024.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Até 2024. *Ok*. Obrigado Junior.

Vamos passar então aos inscritos. O Vereador André Santos gostaria de falar agora ou no final?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Só para cumprimentar todos. Quero parabenizar, especialmente, o Vereador Fabio Riva, o Vereador Zé Turin, assim como todos os demais Vereadores que têm trabalhado para tornar a condição de vida da nossa população cada vez mais tranquila.

Nós já tivemos muita tristeza com o período de pandemia, muita gente passou por agonia por conta de muitas perdas. Acho que é fundamental trazer coisas boas para a Cidade num momento como este, para retomar, como foi falado por alguém aí, não só a dignidade, mas também a alegria que, infelizmente, está distante de muitas pessoas.

Quero apenas registrar isso. Mandar, especialmente, um abraço ao nosso amigo Junior, da Sehab, também cumprimento todos os demais que têm feito um trabalho excelente, porque qualquer que seja o Vereador, independentemente do partido, que vá buscar algum tipo de orientação nesses setores, têm sido bem atendidos, conseguindo trazer retorno para as pessoas que são seus eleitores.

É o que eu queria registrar. Também dizer que aqui na Câmara Municipal nós vamos trabalhar para dar celeridade ao processo de votação, em relação a esse projeto, porque ele é fundamental para todas as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador André Santos. O Vereador Rodrigo Goulart quer falar agora ou ao final? (Pausa) *Ok*. Vamos aguardar mais para o final.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

A Vereadora Juliana Cardoso, não é da Comissão, mas está conosco presente. Obrigado, Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente. Eu estou no Metrô. Já chegando na Câmara. Posso falar no final, porque tenho considerações sim a fazer. Agora pode atrapalhar porque vai cair o sinal no meio da minha fala. Estou chegando aí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Juliana. Vou passar a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. O Secretário Carlos Alberto Bezerra nos encaminha o Mateus Naves, que é muito importante. A Secretaria de Desenvolvimento Social tem um papel fundamental no processo. Mateus, obrigado pela presença, pode falar. Fique à vontade.

O SR. MATEUS NAVES – Tudo bem. Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar o Vereador Paulo Frange pela condução dos trabalhos, nosso Líder do Governo, Fabio Riva, demais Secretários presentes, na pessoa do Secretário Adjunto Junior Fagotti, todos aqueles que nos acompanham.

Só reiterar a disponibilidade da pasta em atendê-los em quaisquer demandas que surjam. É um assunto bastante importante, pois tangencia muito a situação das pessoas em maior vulnerabilidade social aqui na Cidade.

Reitero também que o Bezerra, enquanto Vereador, creio que o seu último ato, antes de assumir a Secretaria, foi a assinatura da coautoria desse projeto. Em nome dele, quero agradecer o convite e nos colocar à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Mateus. Cumprimenta o Sr. Secretário, por nós. Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Edson Ferreira do Nascimento Junior, Coordenador de Regularização Fundiária.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

O SR. EDSON FERREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR – Bom dia Sr. Presidente, Vereador Paulo Frange, cumprimento todos os outros Vereadores, em nome do Líder do Governo, Vereador Fabio Riva. É uma alegria muito grande estar participando desta audiência. Esse é um projeto de lei muito importante para podermos caminhar rumo a essa meta de 220 mil regularizações fundiárias até o final do nosso mandato.

Tenho certeza de que o projeto será aprovado e que nós vamos levar a melhoria na vida de muitas pessoas na nossa cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Edson.

Tem a palavra o Sr. João Moreirão, participante do Conselho Participativo da Zona Norte, Casa Verde/Cachoeirinha.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Secretários, autoridades, munícipes, infelizmente, tive alguns probleminhas de conexão, acabei perdendo algumas partes.

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o Vereador Paulo Frange, sei que conhece esta cidade como ninguém, detalhadamente. Tem uma grande preocupação social nessa questão.

Gostaria de levantar algumas questões: temos situações em que as pessoas estão na quarta geração vivendo no mesmo local. Posso citar vários exemplos aqui na minha região, região do Conselho Participativo, do qual sou membro. É a quarta geração de pessoas que vivem em permanente estado de ameaça, com espada sobre a cabeça, permanentemente.

Ora, ter aquilo, o básico! Ter um lar. Ter um lar para si, para os seus filhos, netos, bisnetos. A questão da regularização fundiária, evidentemente, que as consequências de urbanização *etc* é uma questão fundamental. É uma prioridade, até porque, o problema está se agravando cada vez mais.

Estava lendo ontem alguns artigos de economistas, inclusive, organismos internacionais, dizendo que o Brasil manterá atual situação de problemas econômicos e sociais até 2060. Portanto, até 2060 só vai crescer o problema. Então essa é uma questão fundamental.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Afinal, a base para vida é ter um lar, ter um teto, ter onde abrigar os filhos. As pessoas vivem em permanente ameaça e estão lá há gerações. São comunidades, inclusive na maior parte, consolidadas e, no entanto, a todo momento aparece uma ameaça de desfazimento, de reintegração de posse. Quer dizer, um estado permanente de guerra para que pessoas tenham seu básico lá. Estou aqui destacando, levantando a questão: prioridade absoluta para solução dessa questão com a regularização.

Gostaria também de fazer um apelo, principalmente à Prefeitura, não essa administração, é um problema cultural, histórico que é o seguinte: é comum quando se trata de discutir a situação do povo em comunidade não regularizadas, agilidade do Poder Público para fazer reintegração de posse de área pública, para a fazer desfazimento, para fazer não sei o que, é impressionante. Já - e posso dar exemplos concretos - quando se trata de grilagem por empresas de loteamentos ilegais por empresas inclusive em áreas de proteção ambiental a gente só ouve a famosa expressão *tem que ver* e fica tendo que ver até estar consolidado em décadas. Então, essa é também uma questão que quero alertar porque são dois pesos e duas medidas, são dois graus de prioridade. O que é impressionante. Tem um caso aqui na região na Cachoeirinha de uma área que o Verde e o Meio Ambiente achou que era deles, foi murado, fechado, os lotes estão sendo vendidos, tudo irregular, e até agora só a resposta que conseguimos, tirou o povo que estava lá, os barracos, com seu trabalho para compensar o desemprego estava se montando lá na beirada uma cooperativa de catadores de lixo reciclável etc. tirou o povo e a resposta que eu consegui até agora é *tem que ver*.

Então, eu estou fazendo esse apelo, para encerrar, eu queria só fazer um comentário rápido, se o Vereador me permite que é o seguinte, é o critério para designar áreas de risco. Existem áreas de risco para as pessoas, nós temos de tirar as pessoas de e dar-lhe uma destinação decente, porque é área de risco mesmo, é verdade, mas também é verdade que em muitos casos se deixa para definir área de risco até o Vaticano está em área de risco, como todos sabemos Roma foi fundada num pântano.

Então, precisamos ter um critério mais rigoroso porque um recurso que tem sido

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

muito usado historicamente, não só nessa administração, historicamente, é a definição de área de risco até chegarmos um ponto de casas que estão na beira do córrego não ser em área de risco e as casas que estão atrás afastadas do córrego serem consideradas áreas de risco. Então, queria fazer esse alerta e pedir rigor nesses critérios e particularmente ao Vereador Paulo Frange e a Câmara Municipal que sejam rigorosos no encaminhamento e na fiscalização desses critérios. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Moreirão. É pertinente na revisão inclusive agora da Lei de Zoneamento nós vamos reavaliar todas essas áreas que de marcamos como ZEIS, inclusive 2, principalmente elas, algumas áreas jamais terão nada construído nelas pela condição topográfica do terreno. E na verdade essas áreas são áreas até de risco, não foram classificadas naquela época, mas nós vamos identificá-las também.

Bom, vamos ouvir a Graziela Jarandya, a participante da Comunidade do Pernilongo, (Pausa) Crenildes Jesus da Silva, da Associação Futuro Melhor. (Pausa) Ana Sueli Ferreira. (Pausa) Adriele Gama Samuel (pausa); José Police Neto, ex-Vereador desta Casa. (Pausa) Lucas Nunes Costa, participante da Associação Jardim Novo Paraíso. (Pausa) Victor Coelho. (Pausa)

Vamos ouvir, então, o Ricardo Ferreira, que é assessor do Vereador Fabio Riva.

Tem a palavra Ricardo Ferreira, que está aqui no plenário conosco.

O SR. RICARDO FERREIRA – Bom dia, Vereador Paulo Frange, Vereador Fabio Riva, participantes, esse projeto me é muito caro. Eu era assessor do Vereador Turin quando foi apresentado o projeto de regularização fundiária. Trabalhamos duramente para aprovação desse projeto nas Comissões, depois fui ser Secretário-adjunto da Habitação e quando chegamos lá já havia um grupo de estudo tratando sobre o projeto de regularização fundiária para apresentar um substitutivo desse projeto. Fizemos várias discussões com Vereador Fabio Riva também na época sobre esse projeto e com Vereador Paulo Frange.

Esse substitutivo foi muito estudado pelo Conselho Municipal de Habitação que tem um papel fundamental na apresentação do substitutivo que será apresentado a esse projeto. A

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

base desse substitutivo são as ideias que saíram da reunião do Conselho Municipal de Habitação e do grupo de estudos, que tem papel fundamental na apresentação do substitutivo que será apresentado a esse projeto. A base desse substitutivo são as ideias que saíram das reuniões do Conselho Municipal da Habitação e do grupo de estudos que existia na época. Depois, agora trabalhando com o Vereador Fabio Riva, infelizmente há impossibilidade de apresentar esse substitutivo naquele projeto original, que o nos levou à apresentação desse novo projeto, onde o 571, que era o projeto original do Vereador Zé Turin já está anexado a esse projeto também. Esse substitutivo vem tratar de questões muito importantes. Uma das que eu acho muito mais importante, que meu amigo Júlio Fagote já falou a respeito, é sobre a questão ambiental. A questão ambiental, dentro do projeto da regularização fundiária, prevê que isso poderá ser tratado dentro do próprio âmbito da Secretaria da Habitação, o que vai dar muito celeridade ao processo e vai fazer o processo de regularização fundiária, que atualmente demora muito para acontecer, anda mais rápido, dando direito de propriedade a muito mais pessoas num tempo muito mais curto.

Aproveito a oportunidade para agradecer as Sras. Candelária e Sílvia, que foram fundamentais na apresentação desse grupo de estudo, desse grupo do substitutivo, colocando-me à disposição para qualquer outra discussão, principalmente com o Conselho Municipal de Habitação, que realmente fez um trabalho muito bonito para esse projeto ser aprovado agora nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado pela contribuição. Há algum Vereador que está inscrito e não foi chamado? (Pausa)

Em não havendo, vou fazer a última pergunta, muito mais no sentido de colaboração com a Secretaria.

Sr. Secretário Junior Fagotti, por ocasião da discussão do Plano Diretor, da Lei de Zoneamento, uma ideia que surgiu de audiências públicas foi que, em áreas demarcadas como ZEISs e que tinham topografias de risco, que jamais levariam edificação, nós tínhamos que dar um nome a um destino. Elas não poderiam voltar a ser ocupadas com risco, e, na ocasião,

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

tentamos levar adiante uma ideia, de que se demarcassem essas áreas de verde. Ou seja, devolveríamos esse território ao verde e ficaria sob a guarda do verde. Portanto, nas regras do verde, onde há atividade, trata-se de crime ambiental.

Portanto, é uma realização completamente diferente. Apenas coloco que esse assunto já não só angustiou muito no passado, inclusive, na lei anterior do Plano Diretor de 2002 e na Lei de Zoneamento de 2004. Esse assunto veio aqui. Eu acho que esse assunto agora, e como estamos com georreferenciamento e é muito fácil identificar essas áreas, se é possível, eu gostaria de ouvir a opinião de V.Exa., porque nós poderíamos incorporar mais verde ao nosso verde e essas áreas, uma vez demarcadas, eventualmente fazer até como a exigência nas zonas rurais, quando se trata de APP e de áreas de risco, de elas serem cercadas, - não falo muradas - cercadas mesmo, com cercas comuns, para que a gente possa impedir, pelo menos, sinalizar de que aquela área está verde, com uma placa, determinando que a lei ali denominou área verde. Portanto, as pessoas que tomarem aquelas áreas estarão sujeitas às regras da legislação vigente, que é o crime ambiental. Falo isso porque essa informação não chega à periferia tão facilmente.

Com certeza, a gente incorporaria um bom território no município da cidade de São Paulo em área verde, que já tem uma boa cobertura verde. Nós temos que avançar nisso. E esses terrenos não ficariam com demarcações. Inclusive, com ZEIS 2, aquele que tem a titularidade, ele paga IPTU dessa área ainda, e paga IPTU de uma área que jamais poderá ser edificada nada. Esse é um assunto que a gente trataria inclusive com Finanças, para que a gente pudesse fazer um lançamento diferente nessas áreas.

Gostaria de ouvir V.Exa., porque esse é um assunto multisecretarial: Secretaria de Planejamento; Secretaria de Habitação e a Secretaria do Meio Ambiente, mas é um assunto, com certeza, virá, muito breve, para o debate aqui na Câmara.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, ainda dá tempo? Eu ainda estou no metrô.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ah, sim, Vereadora, chamo V.Exa. em

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

seguida.

A SRA. JULIANA CARDOSO – *Ok.*

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Presidente, realmente é um tema importante para nós. Do ponto de vista da Habitação, sempre fica esse receio – vou chamar assim – de quando atuamos numa área de risco, retirando aquelas famílias, fazendo um atendimento habitacional ou proporcionando o auxílio-aluguel, enfim, e é um objetivo importante nosso dentro da Política Pública da Habitação.

Isso não é nem uma questão de que está no Plano de Metas, ou o que seja, mas dentro da política de habitação estamos construindo, inclusive, junto com o CMH, e na pela própria demanda do Prefeito Ricardo Nunes para que tenhamos um plano de habitação dentro das áreas de risco...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – São muitos aqui na Cidade ainda, fica sempre o receio de que quando eu removo a família, a destinação talvez, aquela área quando não tem uma intervenção já prevista, aquela área possa a voltar a ser ocupada. Então, pensar em soluções para que já tenha a previsão de destinação, uma nova regulamentação para aquela área para termos uma segurança que isso não vai voltar à área de risco com nova ocupação, para nós é importante.

Então a Secretaria de Habitação está trabalhando no que tange à própria Secretaria. Nós deveremos ter, em breve, encomenda do próprio Prefeito, um censo habitacional, estamos já discutindo, e brevemente vamos discutir com a sociedade civil, justamente para criar um plano de atuação para essas áreas de risco e imagino que já pensar no pós-desocupação seria...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Coloco-me à disposição para dialogar com a Câmara e com a sociedade civil, e com as outras Secretarias, para poder avançar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Junior Fagotti.

Vereadora Juliana Cardoso, tem a palavra. Nossa última oradora de hoje.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, hoje não sei o que está acontecendo com o metrô, está demorando um século e meio. Eu já deveria ter chegado aí e não consegui.

Vou tentar falar sem que a ligação caia. Primeiro quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de poder estar participando dessa comissão, mesmo não sendo membro dela.

Como os senhores sabem, nós participamos muito proximamente do Movimento de Moradia e temos algumas questões.

Estou desde o início observando e ouvindo, mesmo que, às vezes, a conexão caia, mas, em seguida, ela volta, sobre a explanação desse projeto, já colocando, como foi votado em primeira, de uma forma que não aquela dialogada com o Conselho Municipal de Habitação. O Conselho Municipal tem uma ampliação, dentro do projeto, a princípio do Vereador Turin, ele está muito diferenciado nessa relação de regularização fundiária, para essas áreas que são vinculadas ao movimento ou não.

O Vereador Fabio Riva disse que seria já o substitutivo e que esse substitutivo já teria aqueles pontos que o Conselho Municipal de Habitação estaria anunciando porque isso já foi discutido em 2019, 2020.

Então, hoje, pensava que nesta audiência pública já teríamos um esboço daquilo que está sendo apresentado em segunda. Sei que está sendo construído também com outros Vereadores para esta votação em segunda, mas seria mais salutar ter o ponto a ponto do substitutivo. Hoje, nesta audiência pública não fica claro isso, não fica objetivado.

Estamos fazendo uma audiência pública sobre um projeto de lei que foi votado em primeira, mas temos clareza que tem um substitutivo, mas não sabemos exatamente o quê.

Por isso, Vereadores, Vereadoras, Secretário e autoridades do Executivo, que o Conselho Municipal está querendo fazer uma conversa com os demais Vereadores para podermos falar ponto a ponto desse projeto substitutivo. Se realmente entrou aquilo que foi conversado no Conselho Municipal. Além de entender que a regularização fundiária é muito necessária na Cidade.

Ontem tive uma conversa com o Secretário Orlando Faria. O Edson que está nesta

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

reunião também estava. Tem muitas áreas que o mandato trabalha para a regularização fundiária e um deles é o Vila Bela, que é lá no finalzinho da região de São Mateus. É uma área particular, mas tem um imbróglio jurídico e já foi ganhado por aquela comunidade principalmente para eles terem posse da terra e a Prefeitura está nessa caminhada de conseguir finalizar isso junto com o Estado para entrar com a reurbanização tão necessária para aquelas famílias.

Para vocês terem uma ideia, tem duas avenidas principais que o Governo Haddad iniciou para colocar o asfalto, mas não finalizou porque foi término de gestão. Aí, tem uma dificuldade imensa de transporte público passar por ali.

Tem outra área que também pedi para o pessoal se inscrever, mas não conseguiram entrar, que é na região de Sapopemba. É uma área para regularização de um Centro Comunitário muito antigo na região e para frente é grande e gostaríamos de ter um espaço de lazer e social que é possível pelo tamanho do prédio.

Enfim, sei da importância, compreendo e acompanho, mas queria que tivessem garantias e que pudéssemos ter uma reunião com o Conselho Municipal de Habitação para poder discutir ponto a ponto dessa segunda votação com esse substitutivo que sabemos que já existe.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Desculpa a bagunça. Tentei chegar antes para falar em um lugar calmo e fazer minhas considerações, mas não foi possível. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Juliana, pela colaboração. Ainda vai voltar a audiência pública, a segunda e última, e depois plenário. Tem muito assunto pela frente.

Indago se alguns dos oradores do Executivo gostaria de fazer algum comentário para encerramento. Se não, vou pedir ao Secretário Junior Fagotti para encerrar pelo Executivo. (Pausa). Não tem.

Tem a palavra o Sr. Secretário Junior Fagotti.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Alguém se manifestou? Posso continuar?

A SRA. ROSÉLIA MIKIE IKEDA – É Rosélia. Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Ok*.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

A SRA. ROSÉLIA MIKIE IKEDA – Está travando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pode falar. Fique à vontade.

A SRA. ROSÉLIA MIKIE IKEDA – Eu gostaria de falar, mas parece que a conexão está ruim. Só gostaria de ressaltar um pouco aquele aspecto que o senhor levantou sobre as áreas verdes, que acabam ficando malcuidadas e acabam sendo reocupadas. Na verdade, acho que aqui está faltando aqui a participação das subprefeituras, porque essas áreas verdes acabam ficando sob a gestão das subprefeituras e eu acho que eles precisam ser mais reforçados, em termos de orçamento, para poderem conseguir cuidar dessas áreas verdes. A Sehab acaba sempre colocando em seus empreendimentos e ela acaba ficando sem uma gestão. E essa falta de gestão... Eu acho que tem um problema não só de falta de gestão como também de projeto, porque normalmente essas áreas também teriam de ter mais acesso, um lugar que fosse mais visível, porque normalmente as áreas verdes acabam sendo muito fundo de quintal, beira de córrego sem acesso. Então, é muito fácil você fazer um puxadinho e começar a ocupar de novo essas áreas. Então, a hora em que você reserva essas áreas verdes, elas deveriam ser um pouco mais pensadas, que dificultasse um pouco mais essa..., elas ficassem mais visíveis. Então, isso eu sei que é um pouco difícil, porque eu também sou urbanista de formação. Normalmente, nós partimos do princípio de tirar o menor número de pessoas possível em uma regularização, mas, às vezes, talvez tirar um pouco mais de pessoas para poder fazer uma área verde mais qualificada, talvez nós conseguíssemos preservar melhor, no futuro, essas áreas.

Era só isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Você tem razão. A Secretaria das Subprefeituras é uma integrante deste debate, com certeza, na próxima. Nós vamos trazê-los e convidá-los também. Muito obrigado.

Secretário Junior, para o encerramento.

O SR. JUNIOR FAGOTTI – Bom, primeiro agradeço o convite para a audiência. É um tema importante para a Secretaria de Habitação. Agradeço a participação de todos.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 04/11/2021 17:46:47.

Colocamo-nos à disposição, inclusive para ajudar a intermediar esse diálogo com a SMH, que foi sugerido. Talvez... tem até um grupo de trabalho aqui para falar de regularização, já eleito por SMH. Vereador Fabio Riva... então, é só voltar e nos questionar, se for necessário, se quiser que ajudemos nesse diálogo.

Eu acho que o texto, que foi construído por SMH - já até, inclusive, conversei sobre isso com esse grupo de trabalho -, tem algumas ressalvas, do ponto de vista administrativo, que seriam importantes serem ajustadas. Mas sei que também que o Vereador já está ciente dessas questões, Vereador Fabio Riva e demais Vereadores.

Enfim, começo de um diálogo. Acho que seguimos à disposição para avançar em uma melhoria do texto, se assim for entendido.

Agradeço, mais uma vez Presidente, por sempre abrir esta Comissão para discutir assuntos de Habitação, relevantes para a Habitação e que estão em nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Junior Fagotti.

Bom, declaro, então, realizada a audiência pública do PL 672/21.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente, só para esclarecer para o Sr. Alcides de que não são todos os Vereadores que têm clareza ainda no substitutivo. Eu sou uma delas e por isso que eu estou pedindo, aí, para que possamos ter esse encontro para vermos ponto a ponto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Ok.* Fica o registro, então.

Nada mais havendo a ser tratado, está encerrada a presente audiência pública. Tenham todos uma boa tarde. Muito obrigado a todos que participaram aqui conosco.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Matéria AUD 302/2021. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 04/11/2021 e juntado ao PL 672/2021 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=333960.